

Artigo 1º – Fica instituído o R-GOV – Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos nas dependências do Palácio dos Bandeirantes, com os seguintes objetivos:

I – objetivos gerais: apresentar as diretrizes de gestão e de gerenciamento dos resíduos sólidos e da implementação de ações que visam à não geração, redução e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas dependências do Palácio dos Bandeirantes;

II – objetivos específicos:

- reduzir a geração de resíduos;
- reaproveitar materiais gerados;
- promover melhor segregação dos resíduos gerados, com o apoio de servidores e funcionários;
- contribuir com a reciclagem dos resíduos;
- reduzir os impactos ambientais gerados pela destinação inadequada dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

Artigo 2º – A Secretaria de Governo será o órgão responsável pela implementação do R-GOV nas dependências do Palácio dos Bandeirantes, observada orientação técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Artigo 3º – A Casa Civil, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Fundo Social de São Paulo – FUSP, da Secretaria de Governo, serão os órgãos responsáveis pela articulação do R-GOV com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas.

Artigo 4º – Poderá ser constituído grupo de trabalho com a finalidade de apoiar a implementação do R-GOV e de propor outras medidas que eventualmente se fizerem necessárias, de acordo com a orientação técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e articuladas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas.

Artigo 5º – Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

Portaria Jucesp-49, de 27-8-2019

O Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo resolve:

Artigo 1º - Alterar o Art. 1º da Portaria JUCESP 72, de 27-09-2018, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20-10-2018, seção I, página 45, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º - Instituir a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, diretamente vinculada à Presidência da JUCESP, designando os seguintes funcionários, sob a coordenação do primeiro nomeado:

I. Paula Jane Rossetto Pelissari – Secretária Executiva de Atendimento – Secretaria Executiva de Atendimento

II. Marcos Eugênio Stefani – Assessor Técnico do Registro Público – Secretaria Executiva da Tecnologia de Informação

III. Jean Jacques Erenberg – Procurador do Estado – Procuradoria Geral do Estado

IV. Patrícia Aparecida Quintas Paulino – Oficial Administrativo – Diretoria de Patrimônio e Contratos – Secretaria Executiva de Administração

V. Cezanildo de Moura dos Santos – Assessor Técnico do Registro Público – Diretoria de Apoio à Decisão – Secretaria Geral

VI. Camila Retamiro Moreno Polese– Assessor Técnico da Presidência – Assessoria Técnica da Presidência – Presidência

VII. Tatiane Ueda de Moura – Assessor Técnico do Registro Público - Diretoria de Registro – Secretaria Geral

VIII. Cintia Aparecida de Souza Barbosa – Assessora Técnica do Registro Público - Diretoria de Apoio à Decisão – Secretaria Geral

IX. Benjamim da Conceição Gomes – Assessor Técnico do Registro Público – Assessoria Técnica de Decisão Singular

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretoria de Patrimônio e Contratos

Despacho do Secretário Executivo de Administração, de 30-8-2019

Designando:
em substituição a funcionária Zinaide Malynowskyi Perina, Matrícula Jucesp 324, a funcionária Nadia Nakamura Vieira, Matrícula Jucesp 00370, como Gestora, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, Promoção de Investimentos e Competitividade, além de outros serviços relacionados para a Junta Comercial do Estado de São Paulo, objeto do Termo de Contrato 013/2017, do processo Jucesp 044/2017, celebrado com a Agência Paulista de Promoção de Investimento e Competitividade- Investe São Paulo;

em substituição ao funcionário Fernando Costa de Matos, Matrícula Jucesp 00128, a funcionária Roselionor do Carmo Aurora Rocha, Matrícula Jucesp 00098, como Gestora Substituta, no caso de impedimento legal da funcionária indicada a cima.

Mantenho a funcionária Giovana Bianchessi da Cunha, Matrícula Jucesp 00048, como Fiscal do referido contrato.

Dê-se conhecimento, em observância das obrigações esta Autarquia e da Contratada, com acompanhamento, fiscalização, bem como a verificação do controle de prazos.

Despachos do Secretário Executivo de Administração, de 30-8-2019

Mantenho o funcionário Osmar Vitor dos Santos Neto, Matrícula Jucesp 00366, como Gestor para acompanhar e fiscalizar a execução de serviços de informática relativos ao atendimento para apoio aos usuários da Jucesp, objeto do Termo de Contrato 019/2018, Processo Jucesp 244/2018 celebrado com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp.

Designando:
em substituição a funcionária Paula Jane Rossetto Pelissari, Matrícula Jucesp 00049, o funcionário Tarcisio Luiz Gomes, Matrícula Jucesp 295, como Gestor Substituto do contrato, no impedimento legal do funcionário indicado acima.

em substituição ao funcionário Pablo Henrique Borrer, Matrícula Jucesp 000354, o funcionário Fernando Costa de Matos, Matrícula Jucesp 128, como Fiscal do contrato.

Dê-se conhecimento, em observância das obrigações esta Autarquia e da Contratada, com acompanhamento, fiscalização, bem como a verificação do controle de prazos.

Despachos do Secretário Executivo de Administração, de 30-8-2019

Designando:
em substituição a funcionária Nádía Nakamura Vieira, Matrícula Jucesp 00370, a funcionária Giovana Bianchessi da Cunha, Matrícula Jucesp 048, como Gestora, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de Prestação de serviços de call center, de acordo com o Contrato Jucesp 026/2017, do processo Jucesp 215/2017, celebrado com a empresa Imperatriz Tele Serviços Ltda EPP;

em substituição a funcionária Roselionor do Carmo Aurora da Rocha, Matrícula Jucesp 00098, a funcionária Paula Jane Rossetto Pelissari, Matrícula Jucesp 049, como Gestora Substituta, no caso de impedimento legal da funcionária indicada acima.

Mantenho o funcionário Michael Douglas Xavier Portella, Matrícula Jucesp 00031, como Fiscal do contrato.

Dê-se conhecimento, em observância das obrigações esta Autarquia e da Contratada, com acompanhamento, fiscalização, bem como a verificação do controle de prazos.

Despacho do Secretário Executivo de Administração, de 30-8-2019

Designando, com fundamento no que dispõe o artigo 67 da Lei Federal 8.666/93, e posteriores atualizações:

em substituição ao funcionário Rafael Juste Belizário, Matrícula Jucesp 00240, a funcionária Roselionor Aurora Rocha de Abreu, Matrícula Jucesp 0098, como Gestora do contrato Jucesp 17/2017, celebrado com a empresa Forte Padrão Serviços de Terceirização Eireli - EPP, para acompanhar a Prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios, objeto do Processo Jucesp 19/2017/2018;

em substituição a funcionária Roselionor Aurora Rocha de Abreu, Matrícula Jucesp 0098, a funcionária Veronica da Silva Cardoso, Matrícula Jucesp 00230, como Gestora Substituta, no caso de impedimento legal do empregado acima indicado;

em substituição a funcionária Veronica da Silva Cardoso, Matrícula Jucesp 00230, a funcionária Nelza Alves de Andrade, Matrícula Jucesp 7055, como Fiscal;

Dê-se conhecimento, em observância das obrigações esta Autarquia e da Contratada, com acompanhamento, fiscalização, bem como a verificação do controle de prazos.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO SUPERIOR

Primeiro Termo Aditivo

Extrato: 1º Termo Aditivo ao Convênio SICONV 820966/2015, no âmbito do Programa PPSUS 2015

Participes: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como Conveniente e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como Concedente

Objeto: Suprimir o acordo original, no valor de R\$ 4.000.000,000, sendo R\$ 2.000.000,00 de cada partícipe; Ajustar o Cronograma de Execução, Cronograma de desembolso e Plano de Aplicação do Plano de Trabalho.

Assinatura: 31/07/19

Processo FAPESP: 15/102-M

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Portaria CEETEPS-GDS - 2679, de 28-8-2019

Estabelece critérios para concessão de Horas-Atividade Específica (HAE) para as atividades de apoio aos cursos do Programa Novotec Expresso, aos docentes do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

A Vice-Diretora Superintendente, em exercício como Diretora-Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Poderão ser concedidas HAE aos docentes do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, para realizar as atividades de apoio aos cursos do Programa Novotec Expresso.

Artigo 2º - Os professores responsáveis pelos Cursos do Programa Novotec Expresso terão as seguintes atribuições: coordenar o desenvolvimento do trabalho docente; organizar os horários de aulas; acompanhar o cumprimento das aulas previstas e dadas; acompanhar a frequência dos alunos; e outras pertinentes ao desenvolvimento de cada curso.

Artigo 3º - Serão atribuídas 3 HAE por turma, sendo a quantidade máxima para cada Unidade de Ensino 15 HAE.

Artigo 4º - Os critérios para a concessão das HAE para as atividades previstas no artigo 1º, bem como os procedimentos para sua execução, verificação de cumprimento, estão disciplinados pela Unidade do Ensino Médio e Técnico e pela Unidade do Ensino Superior de Graduação.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Processo 4203/2015-Ceeteps – SPDoc 89007/2018 - CPS).

(Republicada por conter incorreções.)

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO

Extrato de Convênio

Processo 045/2014

Convênio 063/2014

SPDoc 1761640/2018

3º Termo Aditivo

Participes: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Descalvado.

O presente termo de aditamento tem por objeto a instalação de uma nova turma da Habilitação Profissional de Técnico em Administração e uma nova turma para a Habilitação Profissional de Técnico em Recursos Humanos na Classe Descentralizada de Descalvado e prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Sétima, em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, devidamente aprovado e que constitui parte integrante deste instrumento.

Data de Assinatura: 29-05-2019.

Processo 045/2014

Convênio 063/2014

SPDoc 1761640/2018

3º Termo Aditivo

Terceiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico – Educacional Celebrado em 15-12-2014 Entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Descalvado

Pelo presente instrumento, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia estadual de regime especial, nos termos do artigo 15, da Lei 952, de 30-01-1976, associado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, criado pelo Decreto-Lei de 06-10-1969, com sede na Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o 62.823.257/0001-09, doravante denominado CEETEPS, neste ato representado por sua Diretora Superintendente, Professora Laura M. J. Laganá, devidamente autorizada pelo Conselho Deliberativo em sua 532ª sessão de 11-08-2016 e o Município de Descalvado, com sede na Rua José Quirino Ribeiro, 55, Centro, Descalvado/SP, inscrito sob CNPJ/MF sob 46.732.442/0001-23, doravante denominado Município, neste ato representado por seu Prefeito, Antonio Carlos Reschini, devidamente autorizado pela Lei Municipal 3.078, de 22-07-2009,

Considerando que:

a) o convênio assinado em 15-12-2014 terá sua vigência encerrada em 15-12-2019;

b) pelos critérios estabelecidos pelo CEETEPS, o Município encontra-se em condições para instalação de nova turma;

c) consultada a municipalidade, esta manifestou interesse em dar continuidade à Classe Descentralizada, solicitando a instalação de uma nova turma para a Habilitação Profissional de Técnico em Administração e uma nova turma para a Habilitação Profissional de Técnico em Recursos Humanos;

Resolvem, de comum acordo, aditar o convênio, celebrado em 15-12-2014, firmando o presente Termo Aditivo, observadas as prescrições da Cláusula Oitava do Convênio – Das Alterações – e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, suas atualizações e Decreto Estadual 59.215/13 mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo de aditamento tem por objeto a instalação de uma nova turma da Habilitação Profissional de Técnico em Administração e uma nova turma para a Habilitação Profissional de Técnico em Recursos Humanos na Classe Descentralizada de Descalvado e prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Sétima, em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, devidamente aprovado e que constitui parte integrante deste instrumento.

Cláusula Segunda – Das Alterações

I – A Cláusula Sétima do convênio celebrado em 15-12-2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

O presente convênio terá sua vigência prorrogada com fundamento no § 4º, inciso II, artigo 57 da Lei 8.666/93, até 13-12-2020.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam mantidas, para todos efeitos de direito, as demais Cláusulas e condições do convênio celebrado em 15-12-2014, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, assim, por estarem os partícipes justos e acertados, firmam o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 2 testemunhas abaixo assinadas e identificadas.

Data de Assinatura: 29-05-2019.(Não publicado em época oportuna).

Extrato de Convênio

Processo SPDoc 1119375/2018

Convênio 014/2019

Termo Aditivo

Participes: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Castilho.

O presente termo de aditamento tem por objeto a instalação de nova turma da Classe Descentralizada, em Castilho, através da Unidade de Ensino, Etec “Sebastiana Augusta de Moraes”, localizada no Município de Andradina/SP, em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, devidamente aprovado e que constitui parte integrante deste instrumento.

Data de Assinatura: 22-07-2019.

Processo SpDoc 1119375/2018

Convênio 014/2019

Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico – Educacional Que Entre Si Celebram o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Castilho.

Pelo presente instrumento, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia estadual de regime especial, nos termos do artigo 15, da Lei 952, de 30-01-1976, associado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, criado pelo Decreto-Lei de 06-10-1969, com sede na Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o 62.823.257/0001-09, doravante denominado CEETEPS, neste ato representado por sua Diretora Superintendente, Professora Laura M. J. Laganá, devidamente autorizada ad referendun, referendado em 09-05-2019 na 567ª sessão, pelo Conselho Deliberativo e o Município de Castilho/SP, com sede na Pça. da Matriz, 247, Centro, CEP 16920-000, Castilho/SP, inscrito sob CNPJ/MF sob 45.663.556/0001-04, denominado Município, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Aparecida de Fátima Gavioli Nascimento, autorizada pela Lei Municipal 2.356 de 07-10-2013,

Considerando que:

a) o convênio assinado em 12-03-2019 terá sua vigência encerrada em 09-09-2020;

b) não houve demanda para instalação da referida turma para o 1º semestre de 2019;

c) a manifestação de interesse da Sra. Prefeita, em dar continuidade na Classe Descentralizada, por meio de Ofício de 05-12-2018, solicitando a instalação de uma nova turma para a Habilitação Profissional de Técnico em Turismo Receptivo para o 2º semestre de 2019;

Resolvem, de comum acordo, aditar o convênio, celebrado em 13-03-2019, firmando o presente Termo Aditivo, observadas as prescrições da Cláusula Sétima do Convênio – Das Alterações – e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, suas atualizações e Decreto Estadual 59.215/13 mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo de aditamento tem por objeto a instalação de nova turma da Classe Descentralizada, em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, devidamente aprovado e que constitui parte integrante deste instrumento.

Cláusula Segunda – Das Alterações

A Cláusula Segunda – Das Atribuições dos Participes – passa a ter a seguinte redação:

2.1 São atribuições do CEETEPS:

a) instalar, no Município de Castilho, a Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, de Turismo Receptivo, conforme disposto no Plano de Trabalho, de acordo com as diretrizes da Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico;

b) quando se fizer necessário, providenciar a reformulação do Plano de Trabalho acompanhada da competente justificativa e concordância expressa dos participantes, desde que não implique na alteração do objeto deste convênio;

c) responsabilizar-se pelo processo de seleção dos candidatos para ingresso no referido curso, em conformidade com as orientações e cronograma estipulados pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico;

d) indicar um professor da Etec Sebastiana Augusta de Moraes, Andradina/SP, para exercer as funções de Coordenação de Projetos Responsável por Clases Descentralizadas em conformidade com a Deliberação CEETEPS 005 de 05-12-2013, alterada pela Deliberação CEETEPS 13, de 12-02-2015 (Anexo III);

e) disponibilizar docentes para lecionarem na Classe Descentralizada;

f) responsabilizar-se pelos registros e acompanhamento acadêmico dos alunos, em consonância com as determinações legais, tendo em vista a avaliação e os certificados e diplomas a serem expedidos;

g) responsabilizar-se pela supervisão do processo de ensino e aprendizagem, por meio do Grupo de Supervisão Educacional - GSE;

h) avaliar o convênio ao final do primeiro módulo e ao término do terceiro módulo, a fim de que sejam feitas as intervenções que se fizerem necessárias ao bom andamento do objeto do convênio em conformidade com o descrito no plano de trabalho e no anexo II do mesmo.

2.2 São atribuições do Município:

a) disponibilizar as instalações físicas necessárias para a implantação da classe descentralizada, responsabilizando-se pela conservação e pela segurança do prédio, para o pleno desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, conforme Plano de Curso devidamente aprovado pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico do CEETEPS (Anexo I do Plano de Trabalho);

b) responsabilizar-se pelas despesas com energia elétrica, água e linha telefônica, como também pelos serviços auxiliares de apoio, de manutenção, limpeza e vigilância do prédio, EM Dr. Youssef Neif Kassad, situada à Rua José Leandro de Souza, 719 – Bairro Centro, Castilho - SP, 16920-000, onde o curso será instalado;

c) disponibilizar-se pelo transporte dos professores e do gestor do convênio, citado no item 4.1, no percurso do Município de Andradina – ETEC Sebastiana Augusta de Moraes, ao Município de Castilho e do Município de Castilho até o Município de Andradina/SP;

d) responsabilizar-se pelas despesas referentes à alimentação dos professores do CEETEPS;

e) responsabilizar-se, às suas expensas, pela aquisição e manutenção dos equipamentos necessários às atividades práti-

cas, bem como pelo material didático e de consumo, descritos no capítulo 7 do Plano de Curso (Anexo I);

f) fornecer alimentação escolar aos alunos da Classe Descentralizada, garantindo uma alimentação balanceada, com nutrientes adequados à faixa etária dos estudantes.

g) fazer em conjunto com a Etec de Registro, no município e entorno, a divulgação na mídia e em visitas às escolas do município e do entorno, da abertura do prazo para inscrição no Exame de Seleção (Vestibulinho) para a Habilitação Profissional a ser instalada por força deste convênio.

Da Vigência

A Cláusula Oitava – Da Vigência do presente convênio, passa a ter a seguinte redação:

O prazo de vigência fica prorrogado de 12-03-2019 a 30-12-2020, perfazendo o prazo de 22 meses contados da assinatura do convênio inicial.

Parágrafo Único: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização dos representantes legais dos partícipes, observado o limite máximo de 5 anos de vigência.

Cláusula Terceira

Ficam mantidas, para todos efeitos de direito, as demais Cláusulas e condições do convênio celebrado em 12-03-2019, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, assim, por estarem os partícipes justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 2 testemunhas abaixo assinadas e identificadas.

Data de Assinatura: 22-07-2019.

Esportes

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria CG - 10, de 30-08-2019

Dispõe sobre a instauração de apuração preliminar e designação de Comissão responsável para sua condução

O Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo decide:

Artigo 1º - Instaurar apuração preliminar, com natureza simplesmente investigativa, destinada a apurar eventual responsabilidade funcional praticada, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, tendo em vista eventuais irregularidades e prejuízo ao erário no processo SELJ 0473/2015, conforme demais elementos de instruções constantes no Processo SELJ 0220/2018 – SPDOC 1814568/2019.

Artigo 2º - Designar Comissão composta por Jefferson Ribeiro - RG. 21.718.080-2, Camila Natali Nogueira Issa - RG. 29.126.437-2 e Cesar Bastos Tavares dos Santos - RG. 44.967.887-8, para, sob a coordenação do primeiro indicado, conduzirem os trabalhos investigativos que deverão ser encerrados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão no D.O, para apresentação de relatório conclusivo.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria CG - 11, de 30-08-2019

Dispõe sobre a instauração de apuração preliminar e designação de Comissão responsável para sua condução

O Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo decide:

Artigo 1º - Instaurar apuração preliminar, com natureza simplesmente investigativa, destinada a apurar eventual responsabilidade funcional praticada, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, tendo em vista eventuais irregularidades e prejuízo ao erário no processo SELJ 0512/2015, conforme demais elementos de instruções constantes no Processo SELJ 0221/2018 – SPDOC 1832851/2019.

Artigo 2º - Designar Comissão composta por Jefferson Ribeiro - RG. 21.718.080-2, Camila Natali Nogueira Issa - RG. 29.126.437-2 e Cesar Bastos Tavares dos Santos - RG. 44.967.887-8, para, sob a coordenação do primeiro indicado, conduzirem os trabalhos investigativos que deverão ser encerrados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão no D.O, para apresentação de relatório conclusivo.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria CG - 12, de 30-08-2019

Dispõe sobre a instauração de apuração preliminar e designação de Comissão responsável para sua condução

O Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo decide:

Artigo 1º - Instaurar apuração preliminar, com natureza simplesmente investigativa, destinada a apurar eventual responsabilidade funcional praticada, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, tendo em vista eventuais irregularidades e prejuízo ao erário no processo SELJ 0911/2014, conforme demais elementos de instruções constantes no Processo SELJ 0222/2018 – SPDOC 1990514/2019.

Artigo 2º - Designar Comissão composta por Jefferson Ribeiro - RG. 21.718.080-2, Camila Natali Nogueira Issa - RG. 29.126.437-2 e Cesar Bastos Tavares dos Santos - RG. 44.967.8